

Consulto sobre a possibilidade de publicar o Porantim o artigo presente. Adianto que mesmo será publicado na imprensa de Florianópolis. *fratô*
 Silvio Coelho

CEBI - PIB
 DATA 14/02/04
 Nº 142000932

AS SOCIEDADES INDÍGENAS E A CONSTITUINTE

Sílvio Coelho dos Santos

No último dia 19 de abril, dia do Índio, representantes de várias sociedades indígenas reunidos em Brasília surpreenderam os dirigentes da Nova República ao impedirem a posse do Presidente da Funai, indicado as pressas, e interinamente, pelo Ministro do Interior. O recuo do Govêrno foi imediato. O Superintendente da FUNAI foi chamado para efetivamente responder pela direção do órgão, até que se defina quem vai ser seu Presidente. E certamente as lideranças das diversas sociedades indígenas não deixarão de fazer valer suas opiniões.

Por que isto acontece? Por que no entrevero de interesses entre garimpeiros e índios, o Ministério do Interior age de forma tradicional e posiciona-se em favor dos brancos e não dos índios?

As respostas a essas questões e a tantas outras que poderiam ser formuladas, evidentemente, não são simples. Para começar é preciso reconhecer que os interesses sobre as terras que os sobreviventes das diversas sociedades indígenas ocupam, não são pequenos. A garimpagem de ouro, cassiterita e diamantes tem envolvido diretamente milhares de pessoas, movimentando quantias fabulosas e motivando muitos sonhos. Sonhos onde escrúpulo e ética não se fazem presentes. A exploração de madeiras, a construção de grandes projetos hidroelétricos, a implantação de projetos agro-pecuários, a abertura de estradas, a instalação de rede de comunicações e de linhas de transmissão, a exploração de recursos naturais de forma intensiva, co

no minérios de ferro, cassiterita e manganês em Carajás, de petróleo e gás, na região do Javari (fronteira do Perú) e no baixo Amazonas, tem criado múltiplos problemas para as populações indígenas. Atos de extermínio dessas populações não são desconhecidos. Atos de violência contra a vida social e cultural desses povos são comuns. Mas o que mais tem acontecido é a promoção da exploração econômica de enormes regiões do país com a conseqüente aniquilação dos meios fundamentais para a sobrevivência das populações indígenas. Ao se utilizar desfolhantes químicos para limpar a floresta e implantar um projeto agro-pecuário, o lago de uma barragem ou uma estrada, por exemplo, simplesmente se está liquidando com a flora e a fauna. E com isto, também com o homem índio. Exemplos de como foram efetuadas concessões de terras sem observância ao preceito constitucional de nulidade de qualquer título que envolva terras ocupadas imemorialmente por indígenas, podem ser levantados as centenas. Que a maioria desses grandes projetos econômicos não resistem a uma crítica séria quanto à sua conveniência para o país ou ao seu respeito às recomendações mínimas da Ecologia, não há dúvidas. Tudo acontece, entretanto, em nome do processo civilizatório, como este é entendido pelos herdeiros da chamada civilização cristã ocidental. Na verdade, o que temos é a expansão do modo de produção capitalista, traduzido da forma mais selvagem e egoísta.

Nesse caos, onde o mais forte pretende sempre se impor, é preciso que antes de tudo se tenha disposição política para se fazer justiça. É preciso reconhecer politicamente a existência de cerca de 150 sociedades indígenas no interior do território que acostumamos chamar de brasileiro. É preciso res

gatar a verdade histórica das relações de dominação entre brancos e índios, reconhecendo que desde a descoberta estamos praticando genocídio etnocídio. É preciso entender que os integrantes das sociedades indígenas formam verdadeiramente povos minoritários, com culturas e línguas distintas, e que devem ter garantidas pelo Estado as terras que necessitam para sua sobrevivência, bem como proteção e apoio para continuarem senhores de seu próprio destino. É preciso aceitar o Brasil como Estado pluri-étnico e multi-societário. É preciso assegurar espaços políticos para que as sociedades indígenas adquiram condições para manter relações simétricas com a sociedade nacional, abandonando-se de vez as práticas de subordinação. É preciso entender que a problemática em foco não pode ser explicada pela teoria das relações de classe. Aqui é preciso resgatar a variável étnica, tão esquecida de nossos intelectuais. É preciso, enfim, que no debate que se travará sobre a Constituinte e a Constituição seja aberto um espaço para se discutir a questão indígena, com a participação antecipadamente assegurada de suas lideranças. Até lá, urge que os dirigentes da Nova República abram novos canais para o relacionamento com as lideranças indígenas, assegurando-lhes na prática os espaços que deverão ser consagrados na futura Constituição.